



Demolição de imóveis ilegais para em liminares

Segundo a Secretaria municipal de Ordem Pública, no momento há pelo menos seis construções irregulares, em áreas dominadas por tráfico ou milícia, de pé por decisão da Justiça; ontem, a Seop começou a derrubar dois prédios na Rocinha

VERA ARAÚJO E GERALDO RIBEIRO
gribeiro@globo.com.br

A Secretaria municipal de Ordem Pública (Seop), com apoio da Polícia Militar, começou, ontem, a demolir dois prédios que, segundo o órgão, estavam sendo construídos irregularmente na Rua da Santinha, na favela da Rocinha, Zona Sul do Rio. Uma das construções tem cinco pavimentos e dois apartamentos por andar; na outra, são dois pisos, com quatro unidades em cada um.

A expectativa dos técnicos é terminar a demolição amanhã. Isso se uma liminar não interromper os trabalhos, visto que a queda de braço entre a prefeitura e os supostos proprietários de imóveis construídos no que o município classifica como "áreas não edificáveis" — e sob domínio do tráfico e das milícias — chegou ao Tribunal de Justiça do Rio (TJR).

No momento, há pelo menos seis demolições suspensas por força de liminar, sendo duas na Rocinha — na Rua Dionéia e no Caminho do Terreirão —, duas na Ilha da Góia (na Barra da Tijuca), uma na Estrada de João Coutinho no Recreio dos Bandeirantes. Um desses casos é o de um triplex com cobertura, avaliado em R\$ 2,5 milhões, na favela da Zona Sul.

O imóvel começou a ser demolido pela Seop em 13 de setembro do ano passado. No dia seguinte, o suposto dono ingressou com uma liminar no Plantão Judiciário pedindo o fim da demolição e a nulidade do ato, mas a decisão acabou favorecendo a prefeitura. O caso foi parar na segunda instância do TJRJ, que deu ganho ao proprietário.

—Para chegarmos ao Caminho do Terreirão, onde fica essa construção da Rocinha, são mais de 25 minutos de caminhada, passando por vielas com seteira, onde os traficantes botam o bico do fuzil para fora. A construção fica no topo, com uma vista privilegiada, onde é possível ver todos os acessos à favela — afirma Brenno Carnevale, secretário da pasta. — É um ambiente extremamente tenso. Na primeira vistoria, nossas equipes foram abordadas por traficantes de fumo. Estamos falando de domínio territorial. Todo mundo sabe que, para construir na Rocinha, tem que ter aval do tráfico.

No dia da demolição do triplex, a Seop foi acompanhada da PM e do Grupo de An-



Obras irregulares. Prédio que está sendo erguido na Rocinha começou a ser demolido ontem: favela é considerada uma área de alta suscetibilidade a deslizamentos



Cinco pavimentos. Edifício na Rocinha tem dois apartamentos por andar

ALUSÃO A TRAFICANTE

Brenno Carnevale não confirmou se os imóveis que começaram a ser demolidos ontem pertencem a integrantes do crime organizado. Um homem, que não apresentou documentos, teria sido identificado como responsável pelas construções, estimadas em R\$ 6 milhões.

—Infelizmente, muitos territórios sofrem influência do crime organizado armado, e a Rocinha é um exemplo. Fina-

"Muitos territórios sofrem influência do crime organizado armado, e a Rocinha é um exemplo"

Brenno Carnevale, titular da Seop

"Ninguém em sã consciência pode imaginar que o Judiciário aplaude ilícitos"

Ricardo Cardozo, presidente do TJRJ, em nota

com parâmetros ambientais e de construção, além de riscos de desabamento.

Segundo a prefeitura, a Rocinha foi declarada Área Especial de Interesse Social, havendo decretos específicos de uso e ocupação do solo e reconhecimento de logradouros. É considerada ainda área de alta suscetibilidade a deslizamento, de acordo com o inventário de risco geotécnico da Fundação GeoRio.

Ao lado do imóvel do Caminho do Terreirão, há uma área de lazer com mesa de sinuca e inscrições nas paredes: "Todos pelo RJ" e um homem com uma camisa do Brasil, de costas, com o número 57, o que seria uma alusão ao traficante Rogério Avelino da Silva, o Rogério 157, do Comando Vermelho, preso em penitenciária federal desde 2018. Em seu lugar na favela ficou John Wallace da Silva Viana, o Johnny Bravo, apontado por Brenno como possível dono do imóvel.

Jolo Bosco Barros de Castro, que se apresenta como dono do triplex, é o atual presidente da União Pró-Melhoramentos dos Moradores da Rocinha (UPMMR). Para provar que era proprietário do imóvel, ele apresentou um documento da associação, assinada por um dos diretores da entidade. A decisão que determinou que a Seop parasse a operação foi da desembargadora Lídia Maria Sodré de Moraes, da Sexta Câmara de Direito Público.

A segunda construção na Rocinha paralisada por decisão da Justiça fica no número 800 da Rua Dionéia. Em 16 de fevereiro deste ano, a fiscalização constatou a existência

irregular do prédio de sete andares. De acordo com o Lado de Vitória Administrativa da prefeitura, a construção não atendia aos parâmetros urbanísticos da região. A Seop informou que o proprietário foi notificado sobre a irregularidade. Nos dias 20 e 21 de março, o prédio começou a ser colocado abaixo.

ADVOGADO CONTESTA

Em 26 de março, a juíza Georgeta Vasconcelos, da 2ª Vara de Fazenda Pública, determinou a paralisação da demolição, atendendo a uma liminar da defesa de José Albino Junior, que diz ser o dono do imóvel. O advogado Alberico Montenegro, que defende José Albino e Jolo Bosco, nega que seus clientes tenham sido notificados e que os prédios pertençam a criminosos. Segundo ele, os dois estavam em processo de regularização na prefeitura.

—Eles (agentes da Seop) chegam na Rocinha e montam uma verdadeira operação de guerra. A prefeitura tem que tentar o caminho legal, como nós estamos fazendo, e não demolir para demonstrar força — alega Alberico, que completa: — Não é atribuição do secretário de Ordem Pública dizer que o imóvel é do tráfico. Quem tem essa atribuição é o Ministério Público e a Polícia Civil. É uma inverdade do secretário. Mais uma vez, querem justificar a ação truculenta na região.

A Procuradoria Geral do Município está recorrendo da decisão que favorece Albino. No último dia 6, o procurador Diogo dos Santos Baptista ingressou com um agrado de instrumento para reformar a decisão da 2ª Vara de Fazenda Pública. Ele argumenta que a Dionéia é uma área suscetível a deslizamentos. Segundo ele, o "autor não possui licença de construção de edificação, que ocorreu às escondidas, sem qualquer ciência da prefeitura, à margem da lei".

Também alertou em seu recurso que "somente após a atuação da prefeitura é que (o suposto proprietário) buscou criar uma situação de aparente legalidade, induzindo o Judiciário a erro".

Na Ilha da Góia, a juíza da 13ª Vara de Fazenda Pública, Luciana Losada Lopes, determinou a interrupção da demolição de dois imóveis até que os casos sejam reexaminados. Segundo a Seop, as obras foram retomadas, e em uma delas há gente morando. O município tenta reverter a liminar.